

Uma *ode* e um *ensaio*: Gonçalves de Magalhães e o patriotismo romântico nos primeiros anos da independência

Felipe Augusto Tkac*

Resumo

Ode pindarica ao amor da patria, poema do jovem Domingos José Gonçalves de Magalhães, é uma exaltação ao Brasil, uma apologia ao nascente Estado independente, uma declaração de lugar e centralidade. *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil* é um manifesto e uma chamada aos letrados “patriotas”. Gonçalves de Magalhães, nos anos 1830, expressa um, podemos dizer, romantismo emergente em sua visão de mundo, um ímpeto patriótico que, nestes dois escritos de estilos diferentes, deixa escapar as primeiras linhas escriturárias de um projeto de busca pela completude, um preenchimento daquilo que Jacques Derrida chamou de lógica da complementariedade, um nexos de busca por um a priori que se imagina ser, por um jogo paradoxal de teleologia retroativa, substrato ontológico e natural de um princípio identitário. O princípio nacionalista, especialmente na primeira metade do século XIX no Brasil, delineia uma busca pela constituição de uma cultura distinta, marcadamente uma “alta” cultura distinta, se o Estado agora era governado pelos “seus”, caberia aos intelectuais desenhar as fronteiras deste “nós”, a literatura e as artes em geral sendo a plataforma que serviria a tal propósito. Desta maneira, a literatura compõe uma evidência destes primeiros passos de uma tarefa, evidentemente disseminada, compartilhada e complexa, da ativa constituição de um Brasil e de brasileiros pela letra escrita. A partir dos textos citados acima refletir-se-á sobre o projeto patriótico de formação nacional estabelecida por Magalhães, sob a perspectiva Derridiana descrita em *A farmácia de Platão*.

Palavras-chaves: Gonçalves de Magalhães; Literatura romântica; Romantismo nacionalista.

Abstract

Ode pindarica ao amor da patria, a poem by young Domingos José Gonçalves de Magalhães, is an exaltation of Brazil, an incitement to a nascent independent State, a declaration of place and centrality. *Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil* is a manifesto and a call to "patriotic" man of letters. Gonçalves de Magalhães, in the 1830s, expresses one, we can say, romanticism emerging in his worldview, a patriotic impetus that, in these two writings of different styles, shows the first written lines of a project that searches for completeness, a filling of what Jacques Derrida called the logic of supplementarity, a nexus of searching for an *a priori* that one imagines oneself to be, for a paradoxical game of retroactive teleology, an ontological and natural substratum of an identity principle. The nationalist principle, especially in the first half of the 19th century in Brazil, outlines a search for the constitution of a distinct culture, markedly

* Doutorando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2020) e Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2017). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

a distinct “high” culture, if the State were now governed by “its own”, it would be up to the intellectuals to draw the frontiers of this “we”, literature, and the arts in general being the platform that would serve this purpose. Therefore, literature composes an evidence of those first steps of a task, evidently disseminated, shared and complex, of the active constitution of a Brazil and of Brazilians by the written letter. Based on the both texts quoted above, we will reflect about the patriotic project of nation-building established by Magalhães based on Derrida’s perspective presented in *Plato’s Pharmacy*.

Keywords: Gonçalves de Magalhães; Romantic literature; Romantic nationalism.

Introdução

“Como é doloroso deixar pela primeira vez a patria, os pais, os irmãos e amigos!”¹ Assim escreveu Gonçalves de Magalhães em uma carta endereçada ao seu amigo Candido Borges Monteiro, enviada de Havre, norte da França, em 1833. Magalhães, então um jovem de 22 anos, pisava fora do Brasil pela primeira vez, viajara a fim de continuar com seus estudos, mas diferentemente de sua formação de médico concluída um ano antes, Magalhães buscava uma carreira nas letras e filosofia.² E, não deixa de dizer ao seu amigo na *Carta* sua descrição melancólica de partida:

Foi assim que deixei pela primeira vez o meu Rio de Janeiro, na manhã do dia 3 de Julho de 1833³. Ainda uma vez, e já dentro do navio, os Dous Eduardos, dilatei os olhos pelo horizonte da patria, e impossivel me foi reter as lagrimas quando com o coração nos labios soltei-lhe um adeus, como si ella me ouvisse.⁴

Ela, a personificação da pátria, embarcou com Magalhães no navio, apesar de seu adeus. Esse princípio de *natio* nominado pelo jovem foi um dos elementos constitutivos da trajetória intelectual de Magalhães, e, neste artigo, pretende-se olhar mais atentamente a dois de seus traços escriturários acerca “d’ela”, o poema *Ode pindarica ao amor da pátria* de 1830 e *Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil* de 1836. Com o objetivo de investigar como a inscrição, no sentido da *graphē*, serve de base material que faz funcionar um jogo de

¹ MAGALHÃES, D. J. G. de. Carta ao meu amigo D^r. Candido Borges Monteiro. In.: _____. *Poesias Avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864a, p. 331.

² SOUZA, Roberto Acízelo de. *Gonçalves de Magalhães: cadeira 9, patrono*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 9.

³ Em um poema intitulado “A patria” e assinado com a data de 03 de julho de 1833, publicado em *Suspiros Poéticos e Saudades*, Magalhães faz uma longa despedida.

⁴ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1864a, p. 332.

significados que da abertura para um discurso ontológico, neste caso, um discurso sobre a nacionalidade.

A letra, o fantasma e a metafísica parasitária

*Deixei a prezada Pátria,
Deixei a Mãe carinhosa,
Perdêo então minha lyra
Sua voz harmoniosa.*⁵

Essa “voz harmoniosa” que fala Magalhães talvez possa ser a porta de entrada para nosso – arriscado – argumento aqui. Argumento esse que está inspirado nos questionamentos e afirmações que Jacques Derrida procede em seu livro *A farmácia de Platão*.⁶ Vejamos, Derrida empreende uma discussão acerca da duplicidade simultânea da palavra *phármakon* no discurso socrático – através da análise do diálogo *Fedro* –, significando ao mesmo tempo veneno e remédio.

No discurso socrático ocorre que, segundo Derrida, o *phármakon* é tido como a escritura, esta que seria um *suplemento* à fala-viva, viria como um “remédio” (*phármakon*) para a fala-viva, mas seria, na verdade, um veneno (*phármakon*) para tal. Porque a fala-viva é o marcador de uma origem paternal do *lógos*, “não que o *lógos* seja o pai. Mas a origem do *lógos* é seu pai. Dir-se-ia, por anacronia, que o ‘sujeito falante’ é o pai de sua fala.”⁷ Essa metáfora que é método para Derrida, esclarece que não interessa qual é o pai do *lógos*, mas que o pai é a essencialidade do *lógos*. Guardemos essa palavra, *essencialidade*. Guardemos, pois, em nossa análise empreendida mais à frente veremos que Magalhães escreve em nome de um princípio, o princípio da nacionalidade, que ela apresenta não como um *projeto* empreendido por homens, mas um *dever* do “espírito” a ser empreendido por homens. Este “espírito” que Magalhães fala é o que nos referimos aqui como essencialidade, isto é, uma potência, na percepção dele, anterior e natural que seria o motor – ou a máquina como veremos adiante – das ações dos letrados patrióticos. Dizer e fazer em nome da nacionalidade é dizer e fazer em nome de uma essencialidade.

⁵ *Ibid.*, p. 283.

⁶ DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

⁷ *Ibid.*, p. 25, grifo do original.

Para compreender melhor, vejamos a digressão ao Egito Antigo empreendida pelo filósofo franco-argelino. Derrida aponta que Theuth, deus da escritura, em *Fedro* é um deus subordinado, um tecnocrata que apresenta um *tékhnē* e um *phármakon* ao deus-pai-sol-da-fala-viva. Thot é filho de Rá (sol), o deus criador, e o deus que cria tudo pela *sua fala*, no *Fedro* chamado de Amon, que, segundo Derrida, é “o oculto”, portanto tem-se “[...] um sol oculto, pai de todas as coisas, deixando-se representar pela fala”.⁸ Thot, filho mais velho de Amon-Ra, este que é associado a Horus. *Horus é o pensante que concebe, Thot a fala que executa*. Ele carrega a mensagem do deus-sol, é seu mensageiro. Derrida explica: “É o deus (do) significante. O que ele deve enunciar ou informar em palavras, Horus já o pensou”.⁹ Neste sentido Thot faz tudo em direção ao suplemento, sempre suprimindo a *fala* de seu pai (leiamos, uma essencialidade). Portanto, o deus da escritura é o deus do *phármakon*, do remédio e do veneno. Pois ao mesmo tempo que supre, pela escritura, a fala-viva-do-pai, ele fala em nome do pai, assume o lugar-de-pai, é parricida.

Para Platão, se utilizando desta metáfora egípcia, o *phármakon* é, em seus dois polos de valência (remédio/veneno) nocivo. Pois mesmo como remédio é um farsante, subverte o natural, é um “exterior” que corrompe um “interior”. Então o *phármakon* (e por extensão também a escritura): “[...] essencialmente nociva, exterior à memória produtora não de ciência, mas de opinião, não de verdade, mas de aparência. O *phármakon* produz o jogo da aparência a favor do qual ele se faz passar pela verdade etc.”¹⁰ Pois [para o pensamento do rei, ou, se quiser, de Platão] o que move a verdade (*alétheia*) é a *mnémē*, da memória viva da vida. E o esquecimento (*Léthē*) aumenta a morte, é a não-verdade, não-saber, “[...] a escritura não tem essência ou valor próprio, seja ela positiva ou negativa. Ela se joga no simulacro. Ela imita no seu tipo a memória, o saber, a verdade etc.”¹¹ E, destarte a maior argumentação filosófica de Derrida para apoiar suas ideias, nos interessa saber que quanto a essa relação de suplência, o limite entre dentro-fora não é entre fala e escritura, é anterior:

O “fora” não começa na junção do que chamamos atualmente o psíquico e o físico, mas no ponto em que a *mnémē*, em vez de estar presente em si em sua vida, como movimento de verdade, se deixa suplantar pelo arquivo, se deixa

⁸ *Ibid.*, p. 38.

⁹ *Ibid.*, p. 39.

¹⁰ *Ibid.*, p. 58.

¹¹ *Ibid.*, p. 62.

excluir por um signo de re-memoração ou de com-memoração. [...] O fora está *no* trabalho da memória.¹²

De maneira resumida, Derrida argumenta que no esquema platônico – ou se quisermos, socrático – a *mnēmē* (memória) repete a presença do *eîdos* (Ideia, que libera a verdade – significante –, o que pode ser imitado, onde *o verdadeiro é repetido*); A *hupómnēsis* (hipomnésia) é o suplemento da memória, *repetição do repetidor*, não o repetido, portanto, não o *eîdos* (que seria a aparição da coisa mesma); Por fim o *phármakon* (escritura), o suplemento do suplemento (hipomnésia), um simulacro, a *repetição do repetidor-repetidor* mas maquinalmente, sozinha, sem alma viva, sem que a verdade se apresente por parte alguma.

Além da detida explanação que Derrida faz dessa filosofia platônico-socrática, é precisamente essa estrutura de pensamento filosófico mencionada acima que nos interessa aqui, já que Derrida afirma que um “platonismo” é o que “instala toda a metafísica ocidental na sua conceitualidade”.¹³

Entretanto, vejamos que Derrida aponta novamente a ambiguidade de valência do *phármakon*, pois Sócrates o usa contra os que ele acusa de sofistas:

O *phármakon* invertido, que põe em fuga todos os espantalhos, não é outro senão a origem da *epistēmē*, abertura à verdade como possibilidade de repetição e submissão do “furor de viver” (*epithumēîn zēn*, *Crítón*, 53e) à lei (ao bem, ao pai, ao rei, ao chefe, ao capital, ao sol invisíveis).¹⁴

Isto é nada mais que abertura para uma *essencialidade* (neste caso, as essencialidades do platonismo). Portanto, “o *eîdos*, a verdade, a lei ou a *epistēmē*, a dialética, a filosofia, tais são os outros nomes do *phármakon* que é preciso opor ao *phármakon* dos sofistas e ao temor enfeitiçante da morte. *Pharmakeús* contra *pharmakeús*, *phármakon* contra *phármakon*.”¹⁵. Esse *phármakon* socrático que é antídoto, cura somente a alma (que curada, cura todo o corpo), através de belos discursos que fazem nascer a sabedoria (*sōphrosúnēn*), é o melhor *phármakon*. É essa filosofia uma transposição do veneno em contraveneno. Mas foquemos não

¹² *Ibid.*, p. 66, grifo do original.

¹³ *Ibid.*, p. 25.

¹⁴ *Ibid.*, p. 85.

¹⁵ *Ibid.*, p. 87.

no método socrático anti-sofista e observemos o caráter paradoxal e, digamos, circular dessa ação filosófica.

O *phármakon*, o lugar e o jogo (a produção de) a diferença. Ele é a diferença da diferença. [...] O *phármakon*, sem nada ser por si mesmo, os excede sempre como seu fundo sem fundo. Nós o veremos prometer-se ao infinito e se escapar sempre por portas secretas, brilhantes como o espelho e abertas sobre um labirinto. É também essa reserva de fundo que chamamos a *farmácia*.¹⁶

Esse dualismo gerado pelo *phármakon*, dentro/fora, essencialidade/simulacro, gera, então, a ideia de centro. Esse centro puro só pode ser um centro se houver um não-centro, um periférico, um fora, que possa ser acusado de suplemento invasor e simulador.

E alguém deve notar, assim como o fez Derrida, que se há tanta desconfiança para este *phármakon* (escritura) por parte de Platão (via Sócrates), por que ele *escreveu* sobre? Derrida nos responde pontuando exatamente o paradoxo filosófico que reside na escritura e na afirmação de que há uma – qualquer que seja – essencialidade:

[...] tudo isso “obriga” (49 a) a definir como *rastro* a origem do mundo, quer dizer, a inscrição das formas, dos esquemas, na *matriz*, no *receptáculo*. Numa matriz ou num receptáculo que não estão em parte alguma e nunca são oferecidos sob a forma da presença ou na presença da forma, uma ou outra supondo, desde então, a inscrição na mãe. Aqui, em todo o caso, as construções que chamamos com algum embaraço as “metáforas de Platão” são exclusiva e irredutivelmente escriturais.¹⁷

Isto é, na falta da presença-de-origem, da essencialidade mesma materializada, a inscrição, imaginada como simulacro, é na verdade quem possibilita qualquer ideia de essencialidade. Mas o discurso paradoxal está precisamente em que a essencialidade é possibilitada pela letra que é ela mesma acusada de ser a parricida. É esse “sistema” que Derrida, em outro livro, a *Gramatologia*¹⁸, chama de metafísica ocidental. Mas se a essencialidade como presença é desaparecida, “a diferença,¹⁹ desaparecimento da presença

¹⁶ *Ibid.*, p. 91.

¹⁷ *Ibid.*, p. 135, grifos do original.

¹⁸ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

¹⁹ Neografismo derridiano. Uma marca que troca uma letra (e por a) para mostrar que não existe escritura puramente fonética. “A *différance* – desaparecimento da presença originária – ‘abrindo o espaço onde a ontoteologia – a filosofia – produz seu sistema e sua história, a compreende e excede irremediavelmente.”

Uma *ode* e um *ensaio*...

originária, é, *ao mesmo tempo*, a condição de possibilidade e a condição de impossibilidade da verdade”.²⁰ Uma *possibilidade*: porque o pai está morto, então a verdade se dará por um suplemento ao mesmo tempo que uma *impossibilidade*: porque o pai está morto a verdade-pura só estava em sua fala-presença.

O simulacro: simular, falsear, seria falso somente no sentido de existir um *suposto modelo de verdade*. E, como diz Deleuze, “fazer subir esse simulacro” é reconhecer que não há essencialidade, é pura metafísica. É destituir o ídolo. O que Nietzsche chamou precisamente de *crepúsculo dos ídolos*. Desfazer o círculo do eterno retorno:

O círculo do eterno retorno é um círculo sempre excêntrico para um centro sempre descentrado. [...] O eterno retorno é, pois, efetivamente o Mesmo e o Semelhante, mas enquanto simulados, produzidos pela simulação, pelo funcionamento do simulacro (vontade de potência). [...] Dar o modelo e fazer a cópia.²¹

“Dar o modelo e fazer a cópia”, gostaria de manter em pano de fundo esta frase durante nosso próximo passo neste texto.

“Um poema é coisa seria/ e péde assunto elevado”²²

O poema e ensaio de Magalhães, escritos na década de 1830, estão inseridos em um contexto político – e indissociavelmente intelectual – no qual há um primeiro esforço em centralizar um Estado brasileiro independente, isso se dá principalmente pela espada, mas também pela pena. Para Luiz Felipe de Alencastro²³ três nomes se sobressaem, Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias),²⁴ ligado ao poder militar e latifundiário do Rio de Janeiro

SANTIAGO, Silvano (et. al). *Glossário de Derrida*. Trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 23. É o movimento que possibilita a conceitualização.

²⁰ DERRIDA, Jacques. *Op. cit.*, 2005, p. 144, grifo do original.

²¹ DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In.: _____. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 269-270.

²² MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1864a, p. 334.

²³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 23, p. 7-13, março de 1989.

²⁴ Também é importante lembrar que Magalhães acompanhou Caxias na campanha para suprimir a Balaiada, no Maranhão, ocasião sobre a qual Magalhães escreve *A Revolução da Província do Maranhão* (1858). Também foi secretário de governo de Caxias durante o período que este era presidente e comandante militar no Rio Grande do Sul entre 1842 e 1845.

e um defensor do monarca central. Manoel Felizardo de Sousa, um presidente de província e um forte aliado do poder imperial, cargo fundamental para consolidar o poder central. E, por fim, Gonçalves de Magalhães, homens das letras romântico que aliado a colegas constituiu um *corpus* cultural da “nacionalidade”. Esses três sujeitos são listados por Alencastro, e aqui lembrados por nós, para pontuar que o projeto de estabelecimento de um estado-nação na maior parte dos oitocentos se deu de forma intencional e organizada, inclusive por parte de Magalhães, foco de deste texto.

É interessante notar que esse incipiente processo diferia de quando, poucos anos antes, a corte portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro em 1808. À época se criou grande expectativa e houve uma entusiasmada adesão a Monarquia, o que levou a busca de um projeto de pensar o Brasil não em oposição à Coroa Portuguesa, mas em síntese com ela, “[...] como corpo político dotado de feição própria no interior da Monarquia portuguesa [...]”.²⁵ Portanto, apesar das dificuldades de centralização política e unidade territorial enfrentados no Primeiro Reinado até meados do Segundo Reinado, um aparato de Estado nos anos seguintes a Independência já era relativamente consolidado. István Jancsó afirma:

A partir de então, a anterior identidade luso-*americana* poderia tornar-se *brasileira*, e como tal se autonomizar, somando-se ao elenco de identidades políticas que já então coexistiam – a portuguesa e as muitas ancoradas em trajetórias instauradas pela colonização, cada qual expressando um projeto de nação incompatível, no limite, com aquelas que as outras encerravam. A partir daí, a *nação brasileira* tornava-se pensável se referida ao Estado – o reino do Brasil – que definia seus contornos como uma comunidade politicamente imaginável, retornando novamente aos termos de Benedict Anderson.²⁶

Ora, se o Estado já estava constituído, ainda faltava definir os membros deste Estado, isto é, os “nacionais”. Certamente, a presença de um regime escravocrata era um empecilho para um discurso de coesão e união, tanto que alguns, entre eles Magalhães, escrevia contra o sistema. Entretanto, nada que alterasse a realidade de humanos em situação de escravidão no país e, nessa linha, Carlos Lessa afirma que, “na construção nacional, o tema do povo com

²⁵ JANCÓS, István. Brasil e brasileiros – Notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 257-274, 2008, p. 267.

²⁶ *Ibid.*, p. 170-171, grifos do original.

plenitude cidadã foi desconhecido”.²⁷ E, se os corpos – aqueles sob jugo racista principalmente – a caminhar sobre o território eram assunto demasiado complexo a se resolver, aqueles que já partiram forneciam uma melhor possibilidade, especialmente aqueles que *escreveram*, isto é, aqueles em que a presença falta – pois morreram –, mas que deixaram com as letras um *rastro*, em um dos três sentidos que Ricœur definiu: como a *marca escrita*. Escrita que “é lançada ao vento” dependente sempre “do trabalho interminável de contextualização e recontextualização em que consiste a leitura”.²⁸

Desta forma, o caráter simbólico de um passado “nacional” era imperativo. E, para os letrados cabia a tarefa. Maria Eunice Moreira²⁹ aponta que para tal empresa, a história, e em especial a história da literatura, tiveram especial atenção desta *intelligentsia*, e, “nesse caso, a aliança entre a história da literatura e a ideologia nacionalista torna-se o pressuposto fundador da disciplina, a que se associa a concepção romântica de literatura como expressão da nacionalidade”.³⁰ No Brasil, estrangeiros já haviam esboçado histórias literárias, mas sempre associadas à condição de colônia lusa. Mas, segundo Moreira, o primeiro letrado a empreender tal atividade com objetivos declaradamente patrióticos foi Gonçalves de Magalhães, com seu *Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil*, publicado no tomo primeiro, número 1 da *Nitheroy, Revista Brasiliense*.³¹ Moreira afirma:

Esse estudo pioneiro desenvolve-se em torno de duas ideias fundamentais: a) a literatura brasileira ainda está por ser inaugurada, pois os poetas dos séculos predecessores, ao imitarem servilmente os autores europeus, não apresentaram caráter próprio; b) a instauração do processo artístico deve vir marcado pelo amor à pátria [...].³²

Moreira lembra que no Brasil havia uma encruzilhada para a escrita da literatura, pois escrever sobre o período colonial seria desviar o signo eleito da nacionalidade, era uma situação diferente da Europa. Portanto se foca em uma história teleológica que colaborasse

²⁷ LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.22, n.62, p. 237-256, 2008, p. 243.

²⁸ RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 151-153.

²⁹ MOREIRA, Eunice Moreira. História da literatura e identidade nacional brasileira. *Revista de Letras*, São Paulo, 43(2), p. 59-73, 2003.

³⁰ *Ibid.*, p. 60.

³¹ MAGALHÃES, D. J. G. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. In.: *Nitheroy, Revista Brasiliense*. Ciências, Letras e Artes. Tomo Primeiro, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836b, p. 132-159.

³² MOREIRA, Maria Eunice. *Op. cit.*, 2003, p. 65.

com uma narrativa nacional, tarefa, segundo Moreira, dos historiadores.³³ “Nesse caso, se o substantivo não se evidencia, o adjetivo toma o seu lugar e a história da literatura brasileira converte-se, assim, na narrativa do adjetivo que orientará as futuras realizações historiográficas”.³⁴ Isto é, no sentido apresentado aqui, uma *farmácia*, uma reserva sem fundo na qual podem se desenvolver as operações textuais, um lugar da diferença, em que “a propriedade da farmácia é sua impropriedade, sua indeterminação flutuante que permite a substituição e o jogo de seus elementos”.³⁵ A palavra escrita – o rastro – aberta à um significado que não é determinado por um significante, mas pela possibilidade de um significado diferente não-fixo, aberta a dialética do *phármakon*.

Antonio Soares Amora³⁶ é objetivo ao dizer que a partir de Magalhães, há de se reconhecer, os rumos da literatura brasileira mudaram. E essa mudança expressa nas páginas da *Nitheroy*, teve como seu cenário não a “pátria”, mas as salas de aula, cafés, bibliotecas etc. da capital francesa. A França seria uma “pátria intelectual”,³⁷ na qual Magalhães e seus colegas se aprimorariam para sua “pátria verdadeira”, a fim de atualizá-la em direção de uma identidade própria. Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem, foram esses os três jovens por detrás de tal empresa literária. Amora pondera sobre os objetivos da publicação:

[...] de um lado, compreender e fazer compreender a realidade brasileira, principalmente naquilo que essa realidade tinha de mais original e de mais promissor em matéria de cultura; de outro lado, compreender e fazer compreender a revolução nacionalista que se promovia no Brasil, e nesta ordem de idéias, oferecer, a essa revolução, rumo que a êles, jovens intelectuais, pareciam ser os mais fecundos.³⁸

Amora não deixa de notar que ao pensarmos sobre a *Nitheroy* não se pode apenas reconhecer seu, digamos, pioneirismo de conteúdo, mas deve-se ter em conta que ela também

³³ Não no sentido, digamos, contemporâneo do termo, aquele que empreende a ciência histórica metodicamente como disciplina distinta. Mas sim como aquele que investiga o passado, aqui marcado por um contexto em que disciplinas não tinham uma divisão rígida, os diversos campos eram utilizados pelos letrados para constituir suas investigações e argumentos, este é o caso de Magalhães.

³⁴ *Ibid.*, p. 71.

³⁵ SANTIAGO, Silviano (et. al). *Op. cit.*, p. 38.

³⁶ AMORA, Antônio Soares. *O romantismo* (1833-1838/1878-1881). São Paulo: Cultrix, 1967.

³⁷ FRANCHETTI, Paulo. Gonçalves de Magalhães e o romantismo no Brasil. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 46 n. 2, p. 89-103, jul./dez. 2006, p. 117.

³⁸ AMORA, Antônio Soares. *Op. cit.*, p. 86.

pretende introduzir no Brasil um *estilo de cultura*, uma *ideia de civilização*, isto é, o pensamento romântico e o princípio da nacionalidade.³⁹

“Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”

Débora El-Jaick Andrade, ao escrever sobre a revista *Nitheroy*, começa seu título de maneira interessante, *Semeando os alicerces da nação*⁴⁰. A revista não foi um compêndio das grandezas nacionais consolidadas ou de uma história heroica dos antepassados – não que não contenha tais elementos –, mas foi muito mais isso: uma *semente*, de onde, para os jovens editores e para uma parcela de seus leitores, poderia germinar o fruto da grandeza futura da “nação”.

A *Nitheroy* ao mesmo tempo que trazia questões de novidades e informações úteis também carregava um forte fundo político. A revista, afirma Andrade, esforçava-se para mostrar uma sociedade brasileira pelas artes, em especial uma literatura nacional.

Considerada pela historiografia da literatura precursora do romantismo no Brasil, para além de constituir-se em um marco apenas convencional, encontra-se em suas páginas uma interpretação do Brasil como nação independente, não mais pelo olhar estrangeiro, mas pelo de seus patrícios, jovens estudantes brasileiros residentes na capital francesa. [...] Os redatores Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Francisco Sales Torres Homem (1812- 1876), poucos anos depois, de volta ao Brasil, apoiariam o projeto maiorista, integrariam a intelectualidade do Império e participariam das políticas do Estado Imperial, ingressando como sócios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁴¹

E, como já dissemos, Magalhães foi o responsável por escrever sobre a situação da literatura no Brasil. É importante lembrar que Magalhães e seus colegas, antes de publicarem seus textos na *Nitheroy*, os leram como suas memórias no *Institut Historique de Paris* e foram publicados na revista do instituto, do qual eram membros. “Apesar da participação discreta nas polêmicas no *Institut*, a exposição de trabalhos configurou-se em uma experiência muito importante, que se expressaria pouco depois nas páginas da revista *Niterói*”.⁴²

³⁹ *Ibid.*, p. 93.

⁴⁰ ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista *Niterói*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 417-442, 2009.

⁴¹ *Ibid.*, p. 420.

⁴² *Ibid.*, p. 424.

“Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”, a frase na folha de rosto que segue ao título da revista dá uma dica das intenções da revista, mas a mensagem “Ao Leitor”, não deixa dúvidas: “O amor do paiz, e o desejo de ser util aos seus concidadaõs foram os unicos incentivos, que determinaram os auctores desta obra [...]”, trazendo assuntos para pensar “[...] sobre objectos do bem commum, e de gloria da patria.”⁴³

Bom, mas antes de continuar com a *Nitheroy*, gostaria de apresentar um poema, ou melhor, uma ode de Magalhães, que fora escrita antes de sua partida para a Europa. *Ode pindárica ao amor da pátria*⁴⁴ escrita em 1830, quando Magalhães tinha apenas 19 anos, o Estado Brasileiro independente não tinha nem uma década.

Uma *ode*, o título nos indica a intenção: um poema solene, algo elevado espera o leitor. Uma *ode pindarica*. Então, sabemos: uma lírica elevada espera o leitor, digna daquelas do poeta Píndaro. Gonçalves de Magalhães atende o entusiasmo, assim começa:

Que fogo sinto em mim! Vulcão sou todo!
Sair parece o coração do peito!
Mil quadros portentosos
Ante meus olhos inflamados se erguem!
És tu, Amor da Pátria,
De almas nobres enlevo, e doce encanto,
És tu só que me assim abalas tanto.⁴⁵

Este poema do jovem Magalhães é precisamente o que abre seu livro de 1864, *Poesias Avulsas*⁴⁶. Magalhães não escolhe uma cronologia ao apresentar seus primeiros poemas, escolhe inaugurar seu livro com a *ode à pátria*. Mas retomemos outro trecho do poema:

Quem a Pátria não ama, e a não adora.
Envergonha-se a própria Natureza [...].
O peito offertas ao inimigo corte;
Pois morrer pela Pátria é doce morte.⁴⁷

⁴³ NITHEROY, *Revista Brasiliense*. Ciencias, Letras e Artes. Tomo Primeiro, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836c, p. 05.

⁴⁴ MAGALHÃES, D. J. G. de. Ode pindárica ao amor da patria. In.: _____. *Poesias avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864b, p. 13-17.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 13.

⁴⁶ Mas esse poema aparece a primeira vez publicado em um livro intitulado *Poesias* em 1832, do próprio Gonçalves de Magalhães.

⁴⁷ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1864b, p. 14.

Magalhães em sua ode reverencia essa essência, isto é, a pátria, e sua indomável força de dever, a violência pela letra, que impõem sob os “filhos da pátria” a irredutível lealdade, “pois morrer pela Pátria é doce morte”. Mas não apenas o dever, é algo mais profundo, é *natural*, e, por isso, subvertê-la é envergonhar “a própria Natureza”. Magalhães não deixa de marcar o que ele acha da altivez desse “espírito patriótico”. Vejamos:

Quantos, alli, apar de Heroes famosos,
Vates estão, que nome á Pátria deram!
Na lyra endeosado,
Alli, Homero está; alli, Virgílio;
E tu, Camões amigo,
Só por amor da Pátria deste ao Gama
Na tua lyra eterna immortal fama.
Genio da Patria minha, si me accendes
N’alma o ethéreo fogo,
Que já do Ismenio Cysne ardêo na mente,
Em honra tua espalharei meus hymnos
Do Oriente ao Occidente,
E os filhos teus Heroes farei divinos.⁴⁸

Essa deferência à poetas, digamos, da lírica homérica, esse capítulo final do poema marca uma exclamação de Magalhães aos literatos e suas “obras patrióticas”. Já em 1830 se observa um Magalhães que vê uma ligação fundamental entre pátria e a literatura, especialmente a épica, o que veremos adiante em seu *Ensaio*. Magalhães professa que essa literatura de um “povo” deva ser genuinamente resultado de seu substrato cultural próprio, interior e nativo. Relembremos suas três últimas estrofes:

Em honra tua espalharei meus hymnos
Do Oriente ao Occidente,
E os filhos teus Heroes farei divinos.⁴⁹

Interpelação, uma promessa à pátria. Magalhães se coloca à disposição desse “destino” que vai, como ele mesmo escreveu, “despertar sua glória”. Portanto, é possível observar nesse pequeno poema, cheio de erudição e sentimentalidade uma referência à uma essência superior, invisível e anterior que seria apenas demonstrada, trazida à tona, escavada, pelo papel ativo e consciente do letrado romântico patriótico.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 17.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 17.

Mas, vejamos, então, o que Magalhães constitui como argumento em seu *Ensaio* alguns anos mais tarde, já residente na Europa, e, poderíamos supor, disposto a cumprir sua promessa à pátria: “em honra tua espalharei meus hymnos”. E, a primeira sentença já convida o leitor a perceber o valor atribuído à literatura por Magalhães:

A Litteratura de um povo é o desenvolvimento do que elle tem de mais sublime nas ideias, de mais philosophico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixoes, o despertador de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia.⁵⁰

E afirma que, após o desaparecimento de tal povo, a única coisa que lhes confere posteridade é precisamente sua literatura.

[...] sua vóz como um echo immortal repercute por loda a parte, e diz: em tal epocha, de baivo de tal constellação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu so conservo, cujos heroes eu só conheço; vos porém si pertendeis também conhecel-o, consultai me, por que eu sou o espirito desse povo, e uma sombra viva do que elle foi.⁵¹

Pois “cada povo tem sua Litteratura, como cada homem seu character, cada arvore o seu fructo.”⁵² Mas lembra que as árvores também podem ser enxertadas, e que duas frutas ou mais podem nascer do mesmo tronco. E, também como dois afluentes podem formar um rio indistinguível, assim também pode acontecer com a literatura, como seria o caso da Grécia.

Afirma que no caso de países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra, naquele momento, havia uma circunstância na qual as duas situações prevaleciam, a mistura dos rios, “[...] filha de sua civilização originaria do Christianismo”⁵³ e a literatura “enxertada” da lembrança de uma mitologia antiga. E cita como exemplo de literaturas que não se pode separar, como o caso da Espanha, na qual, para Magalhães, há uma mescla da antiga civilização árabe e ideias cavaleirescas. Entretanto, pondera:

Mas não são estas as unicas modificaçoens, que entre os diversos povos experimenta a Litteratura; outras ha, que da natureza mesmo do homem, da

⁵⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 132.

⁵¹ *Id.*

⁵² *Id.*

⁵³ *Ibid.*, p. 133.

civilização, e do progresso dependem; por que seja qual for a modificação, que a Litteratura soffra, em accordo acha-se sempre esta modificação com o character, e estado de civilização desse povo. Assim a Litteratura é variável como são os seculos, semelhante ao Thermometro, que sóbe ou desce segundo o estado da atmospherá.⁵⁴

Essa variável está de acordo com a “ideia”:

Por uma especie de contagio, uma ideia lavra entre os homens de uma epocha; reune-os todos n'uma mesma crença; seus pensamentos se harmonisam, e para um só fim tendem. Cada epocha representa então uma ideia, que marcha escoltada d'outras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeiado de seus satellites; ella contem, e explica as outras ideias como as primissas no raciocinio contem, e explicam a conclusão. Essa ideia é o espirito, e o pensamento mais intimo de sua epocha, é a razão occulta de todos os factos contemporaneos.⁵⁵

Magalhães assim define a literatura como a representante moral de uma civilização. Determina, nesta composição teórica, este “contágio” como algo definitivamente *metafísico*. Temos aqui algo muito similar àquele esquema platônico que explicitamos anteriormente, no qual o *eídós* é a Ideia (platônico-socrática) onde residiria a “verdade”, seria o emanador de significado, isto é, o significante. E, nessa argumentação de Magalhães podemos observar algo como um “platonismo”, não no conteúdo filosófico, mas no *método de pensamento* da metafísica ocidental. Se no platonismo temos o *eídós*, no discurso de influência romântica de Magalhães temos o *espírito*, “a razão occulta de todos os factos contemporaneos.”

Depois dessa definição, Magalhães foca no Brasil e se pergunta quais são as origens da literatura do Brasil, seu desenvolvimento, e afirma que “[...] seguindo a marcha do desenvolvimento (sic) intelectual, e pesquisando o espirito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro historico da nossa Litteratura.”⁵⁶. Há, aqui, novamente a afirmação da ideia de progresso linear em direção a algum lugar temporal, neste caso e para Magalhães, este destino é a contemplação da condição nacional. Vale notar que este “progresso linear” é sempre retroativo, é um discurso no presente que constitui, anacronicamente, uma lógica origem-destino, Ramos é certo quanto a isso,

⁵⁴ *Ibid.*, p. 134.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 134-135.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 135.

“por várias vias, os descendentes letrados sentem-se seduzidos pelas relações de causa e consequência, e o fruto da evolução passa a ser o alimento de todas as gerações”.⁵⁷

Magalhães pontua a dificuldade de encontrar documentos para tal empresa investigativa e afirma que nenhum “nacional” se ocupara dessa tarefa até então, somente estrangeiros como Bouterweck, Sismondi e Denis. E menciona que apenas o último cita Brasil a parte de Portugal, mas de maneira apenas superficial e insatisfatória, “eis tudo o que sobre a Litteratura do Brasil se tem escripto”.⁵⁸ Aponta que mesmo investigando em bibliotecas de Paris, Roma e outras cidades da Itália pouco se encontrou. Mas menciona a ajuda que a obra *Parnaso Brasileiro* de Januário da Cunha Barbosa forneceu a busca de nomes da poesia e da literatura. E argumenta que:

[...] mais zelozos sejamos em pesquisar (sic), e conservar os monumentos de nossa gloria para as raças futuras, a fim que não nos exprobreem nosso desmazelo, e de barbaros não nos accussem, como fariamos com justa causa dos nossos maiores. Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence. A gloria de uma Nação, que existe, ou que já existira, não é senão um reflexo da gloria de seus grandes homens; de toda a antiga grandeza da patria dos Ciceros, e dos Virgílios apenas restam suas immortaes obras, e essas ruinas, que tanto attrahem a vista do estrangeiro, e no meio das quaes Roma se sustenta, e se enche de orgulho.⁵⁹

Ou seja, a literatura (a escritura) neste caso é vista como documento histórico ao mesmo tempo em que é a portadora da possibilidade de vitória sob a morte que apaga a presença. Bom, é esse o jogo da diferença, ou seja, a impossibilidade de estar presente “na origem” – vencer a morte – leva a abertura do que Derrida chama de secundariedade originária na qual se inscrevem as diferenças (a partir do fundo sem limite que a farmácia disponibiliza), isto é, essa secundariedade originária tem relação com aquilo que Ricoeur descreve sobre a *graphē*: “de fato, cabe à noção de inscrição comportar referência ao outro; o outro que não a afecção enquanto tal. A ausência, como o outro da presença!”.⁶⁰

O manter-se coerente a sua argumentação sobre o “espírito”, afirma que os grandes homens não se mostram, “elle existe no meio de nós sem ser conhecido, sem se conhecer a si

⁵⁷ RAMOS, Francisco R. L. Passado sedutor: a história do Ceará entre o fato e a fábula. In.: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em Tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 279-280.

⁵⁸ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 136.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 137-138.

⁶⁰ RICOEUR, Paul. *Op. cit.*, p. 36.

mesmo, como o ouro nas entranhas da terra, e so espera que o desencavem para adquerir seu valor”, pois “a recompensa do Genio é a gloria”⁶¹ E não deixa de afirmar que durante a colonização lusa no Brasil, por sua “insufficiencia” e “imbecilidade”⁶² tais homens morriam sem frutificar tal “gênio”. E, deixa patente os traços de seu antilusitanismo:

Taes homens (os primeiros habitadores do Brasil) de seu lado para seus proprios filhos olhavam como para uma raça degenerada, inepta para tudo; fatal preconceito, que ainda hoje medra entre alguns Porluguezes (sic). Quanto aos Indios, esses perseguidos eram com ferro, e fogo, como se fossem animaes ferozes; nem elles em outra cathegoria eram considerados.⁶³

E cita as barbaridades promovidas por portugueses e colonizadores contra os índios.

Triste é sem duvida a recordação dessa epocha, em que o Brasileiro, como lançado em uma terra estrangeira, duvidoso em seu proprio paiz vagava, sem que dizer podesse: isto é meu, neste lugar nasci. Envergonhava-se de ser Brasileiro, e muitas vezes com o nome Portuguez se acobertava, para ao menos apparecer como um ente da espécie humana, e poder alcançar um lugar em seu paiz. Dest’arte circunscripto em tão curto estadio, extranho á nacionalidade, sem o incentivo da gloria, este novo povo vegetava.⁶⁴

E faz uma metáfora de opressão, no qual um senhor algema seu escravo com medo de que escape, e só solta um braço para o trabalho, assim seria Portugal com sua colônia na América. Magalhães acusa isso – o sistema colonial – de uma política econômica de exploração de um povo sobre outro. E argumenta:

O tempo sanccionou estas-verdades, que a historia, e a memoria de recentes factos nos indicam, e o tempo, em sua marcha proseguindo, irá mostrando aos homens qual é o destino, que a Providencia tem marcado a este Império da America. A Deos prasa, que este perigioso fermento, que entre nós gyra, este germe de discordia, resaibo ainda da não apurada educação, e sobre tudo a escravidão, tão contraria ao desenvolvimento da industria, e das artes, e tão perneciosa á moral, não empeçam sua marcha, e seu engrandecimento.⁶⁵

⁶¹ *Ibid.*, p. 138.

⁶² *Id.*

⁶³ *Ibid.*, p. 139-140.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 140-141.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 141.

Aqui, dois elementos podem ser observados, primeiro a ideia de destinação divina, a Providência, aquilo que Anthony Smith chamou de *chosenness*,⁶⁶ isto é, a convicção – religiosa, especialmente na tradição judaico-cristã – de um povo escolhido, e que, segundo Smith, tem um papel nas narrativas nacionalistas e por consequência em uma hierarquização de “povos”. E, o segundo, é a oposição de Magalhães ao escravismo como elemento constitutivo de um povo pretensamente uno.

E, ao afirmar que há uma diferença entre um trovista e um gênio, considera sobre o último que:

Ao principio cantava-se para louvar a belleza, a virtude, e seus amores; cantava-se ainda para adoçar as amarguras d'alma; e tanto que a ideia de Patria appareceu aos Poetas, começaram elles a invocal-a para objecto de seus canticos. Mas sempre, como o peregrino no meio dos bosques, que canta sem esperar recompensa, o Poeta Brasileiro, não é guiado pelo interesse, e só o Amor mesmo da Poesia, e de sua Pátria o arrasta.⁶⁷

O “Gênio”, portanto, não escolheria cantar a pátria, sua lírica seria *natural*. Magalhães também aponta a língua portuguesa como um dos fatores para o desconhecimento da literatura brasileira, sendo a língua lusa pouco conhecida na Europa, bem como a pouca apreciação das qualidades brasileiras em detrimento de estrangeiros. E clama: “Toca ao nosso seculo restaurar as ruinas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma Nação é engrandecerse, é desenvolver todos os elementos da civilisação”.⁶⁸ Ora, se o português continuava marginal da Europa, a Europa não ficou marginal na América, Magalhães escreve:

[...] e o confessamos, a Littertura, e a Poesia, que chegadas á America não perderam seu character Europeo. Com a Poesia vieram todos o Deoses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil, e dos céos, das florestas, e dos rios se apoderaram. A Poesia do Brasil não é uma indigena civilisada, é uma Grega, vestida á Franceza, e á Portugueza, e climatisada no Brasil;⁶⁹

⁶⁶ SMITH, Anthony D. Culture, Community and Territory: The Politics of Ethnicity and Nationalism. *Ethnicity and International Relations*, vol. 72, no. 3, p. 445-458, Jul., 1996, p. 452.

⁶⁷ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 143.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 144.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 146.

E diz que os poetas brasileiros se deixaram encantar por esses estrangeiros, que mesmo belos em natureza e mitologia não merecem ser repetidos, “[...] despimos nossas plumas para apavonar-mo-nos com antigas gallas, que não nos pertencem”.⁷⁰ Para Magalhães não são nos livros que o poeta “gênio” deve se inspirar, e sim na natureza de sua pátria. Quanto a isso Andrade afirma, “o fio condutor da argumentação de Magalhães parece-nos advir da leitura dos alemães e de sua interpretação pelos franceses – Madame de Staël e Victor Cousin, entre outros. Um referencial que está ora implícito, ora explicitado no texto é aquele de Herder [...]”.⁷¹

Bom, e se a “insuficiência” e “imbecilidade” dos portugueses estava repelida com a independência do Estado, Magalhães então conclui: “Com a expiração do dominio Portuguez, desenvolveram-se as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilização Franceza; e como Nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os thronos da Europa, e repartio com os homens a purpura, e os sceptros dos Reis.”⁷². E o Estado é independente e devedor da “civilização francesa”, falta algo como o que motivou Michelet, uma história. Ao menos uma temporização. E, Magalhães dá indícios dessa intenção, mas de uma história literária (como o título nos entrega). Afirma que para ele a história literária brasileira se divide em duas partes, do século XVI até a aurora do XIX e de 1808 até o momento (1836). O autor considera o século XVI sem nenhum nome relevante para a história da literatura brasileira. Isso muda a partir dos séculos seguintes; no século XVII devido à presença dos Jesuítas e à publicação de prosas religiosas, e no século XVIII em decorrência da chegada da literatura francesa através dos portugueses. E finalmente:

No seculo XIX com as mudanças, e reformas politicas, que tem o Brasil experimentado, nova face Litteraria apresenta. *Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até alli desconhecida, é a ideia da Patria; ella domina tudo, tudo se faz por ella, ou em seu nome.*⁷³

⁷⁰ *Ibid.*, p. 147.

⁷¹ ANDRADE, Débora El-Jaick. *Op. cit.*, 2009, p. 433.

⁷² MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 149.

⁷³ *Ibid.*, p. 153, grifo nosso.

“Uma só ideia absorve todos os pensamentos”, não há espaço para erro, Magalhães é claro: “é a ideia da Patria”, o “instincto occulto”⁷⁴ que dirige o homem. Portanto, uma literatura nascida nesta natureza e livre da opressão viria a se sobrepor à estrangeira.

Essa força nasce do ambiente natural, do convívio com uma natureza específica, que molda um tipo de caráter único. No quadro fortemente religioso do “Ensaio”, o “instincto occulto” termina por se combinar com o sentimento cristão para combater o arcabouço mitológico greco-latino que sustentava a poesia anterior ao Romantismo.⁷⁵

Ou seja, é também um distanciamento de um classicismo setecentista ligado aos portugueses e a “corrupção” de uma “originalidade”.

Encaminhando seu argumento para essa “originalidade”, Magalhães ainda levanta uma questão que julga importante, haveria poesia entre os índios? Sua resposta é positiva, e argumenta que face a tamanha beleza da natureza, de nada a invejar da Europa, certamente “com tão felizes disposições da Natureza o Brasil necessariamente inspirar deveria seus primeiros habitantes”.⁷⁶ Cita que por escritos antigos havemos de saber que eles o tinham, em especial os Tamoyos, afirma Magalhães, mas também os Caités e Tupinambás. E sobre esses cantos, desconhecidos a não ser por menção em documentos religiosos, diz em um tom de lamento:

Que precioso monumento não fôra para nós desses Povos incultos, que quasi tem desaparecido da superfície da Terra, sendo tão amigos da liberdade, e da independencia, que com preferencia ao captivo em cardumes caiam debaixo das espadas dos Portuguezes, que embalde tentavam submettel-os a seu jugo tyrannico. Talvez tivessem ellas de influir sobre a actual Poesia Brasilica, como os canticos do Bardo da Escossia⁷⁷ sobre a Poesia influiram do Norte da Europa, e hoje, harmonisando seus melancolicos accentos com a sublime gravidade do Christianismo, em toda a Europa dominam.⁷⁸

Franchetti, porém, aponta que no *Ensaio* ainda é preciso marcar Magalhães não como indigenista – que vai aparecer mais tarde em seus escritos –, essa referência ao indígena “[...]”

⁷⁴ *Ibid.*, p. 147.

⁷⁵ FRANCHETTI, Paulo. *Op. cit.*, 2006, p. 120.

⁷⁶ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 155.

⁷⁷ Uma referência aos chamados *Poemas de Ossian*, uma série de poemas publicados pelo escocês James Macpherson no século XVIII, os quais ele dizia ter coletado diretamente com o bardo Ossian, porém, hoje sabe-se como uma fraude de Macpherson.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 157.

Uma ode e um ensaio...

é aí apenas um elemento de prova de uma tese sobre a natureza brasílica, e não sobre o povo ou o caráter brasileiro”.⁷⁹

E, novamente, se lamenta de que os poetas do Brasil se mantiveram a imitar a Europa, sem deixar-se inspirar pela natureza da pátria sua, “convem estudar os Antigos, e os modelos dos que nas diversas composições poéticas se avantajaram, mas não escravizar se. [...] Só póde um Poeta chamar-se grande si elle é original, si de seu proprio Genio recebe as inspiraçoens”.⁸⁰

Amora, de maneira conclusiva aponta o cerne do argumento de Magalhães no *Ensaio*:

[...] então se compreendia a tese fundamental da “problemática da literatura brasileira”, isto é, que existiram, desde sempre, na evolução de nossa literatura, como ademais de tôdas as literaturas, “princípios ativos” de originalidade e, portanto, de autonomia em face das literaturas européias e particularmente da literatura portugêsa, dominadas, durante séculos, pela influência do classicismo greco-latino.⁸¹

Com essa assertiva de Amora me parece fortuito lembrarmos nosso argumento sobre a essencialidade e a escritura, e como o jogo da diferencia opera, na lógica da metáfora da duplicidade *phármakon* (remédio e veneno), duplicidade que possibilita um jogo de diferenças de significado. Porque me parece que é este o caso que circunda o cerne do argumento de Magalhães.

Considerações finais

*Si as escutamos, si o nosso Genio não nos guia,
grande é o risco, segura é a queda. Quanto a nós, a
nossa convicção é, que nas obras de genio o único
guia é o genio, que mais vale um vôo arrojado
deste, que a marcha reflectida e regular da servil
imitação.*⁸²

⁷⁹ FRANCHETTI, Paulo. *Op. cit.*, 2006, p. 120.

⁸⁰ MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 158.

⁸¹ AMORA, Antônio Soares. *Op. cit.*, p. 101.

⁸² MAGALHÃES, D. J. G. de. *Op. cit.*, 1836b, p. 159.

Ramos diz “a falta veio com a escrita da lei e, depois, com a escrita da história.”⁸³, e não seria estranha se hipoteticamente a mesma frase fosse escrita por Derrida, pois tipifica exatamente o jogo da diferença: “a falta veio com a escrita” poderíamos reformular, essa escrita que é pai (significante) mas que se transveste de filho (significado) portador do signo essencial, mas *é ao mesmo tempo as duas coisas*, como uma sala de espelhos que não cessam de se refletir, não cessam de formular sempre outro reflexo de um referente que nunca conseguimos encontrar. Tal é o jogo da escritura. É algo como o que Furio Jesi chamou de *máquina mitológica*,⁸⁴ um funcionamento também paradoxal que não susta de sempre fazer referência à um centro inacessível. Nesse sentido Jesi pondera que “a principal componente ideológica do nosso modelo é a vontade de investigar sobretudo *como* é que a máquina mitológica funciona, e não a existência ou inexistência do seu presumível conteúdo enigmático, primeiro motor imutável.”⁸⁵ Ora, não é possível acertar sobre a existência ou não do *eîdos* ou do “instincto oculto” como diria Magalhães, mas é possível – e preferível – avaliar o funcionamento das narrativas que constituem todo o sistema de referência à uma centralidade-essencialidade.

Conforme tentei apontar aqui e ali neste texto, nos escritos de Magalhães, destarte o, digamos, conteúdo historiográfico, toda sua escrita observada aqui é como que um funcionamento da inscrição do grama (da escritura) como um nexos de busca por um *a priori* que se imagina ser, por um jogo paradoxal de teleologia retroativa, substrato ontológico e natural de um princípio identitário. O princípio em questão: a nacionalidade, no qual “o pretérito passa a existir na medida em que pode, e deve, preparar o devir”.⁸⁶

“Dar o modelo e fazer a cópia”, tal é a operação – possivelmente desconhecida – empreendida por Magalhães. Se ele afirma que “Deixei a prezada Pátria/Deixei a Mãe carinhosa/Perdêo então minha lyra/Sua voz harmoniosa” então estabelece que ele não é o agente criador destas liras, ele seria apenas aquele “gênio” que inspirado pelo “espírito da pátria” seria o mensageiro de algo já dado. Relembremos a referência ao panteão egípcio, *Horus é o pensante que concebe, That a fala que executa*.

⁸³ RAMOS, *Op. cit.*, 2008, p. 279.

⁸⁴ JESI, Furio. A festa e máquina mitológica. *Boletim de pesquisa Nelic*, Florianópolis, v. 14, n. 22, p. 26-58, 2014. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko.

⁸⁵ JESI, Furio. *O mito*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 153.

⁸⁶ RAMOS, *Op. cit.*, 2008, p. 282.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 23, p. 07-13, março de 1989.

AMORA, Antônio Soares. *O romantismo (1833-1838/1878-1881)*. São Paulo: Cultrix, 1967.

ANDRADE, Débora El-Jaick. Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 417-442, 2009.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In.: _____. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 269-270.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FRANCHETTI, Paulo. Gonçalves de Magalhães e o romantismo no Brasil. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 46 n. 2, p. 89-103, jul./dez. 2006.

JANCSÓ, István. Brasil e brasileiros – Notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 257-274, Apr. 2008.

JESI, Furio. A festa e máquina mitológica. *Boletim de pesquisa Nelic*, Florianópolis, v. 14, n. 22, p. 26-58, 2014. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko.

JESI, Furio. *O mito*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 153.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.22, n.62, p. 237-256, Apr. 2008.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Carta ao meu amigo D^f. Candido Borges Monteiro. In.: _____. *Poesias Avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864a, p. 331-364.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Ode pindárica ao amor da patria. In.: _____. *Poesias avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864b, p. 13-17.

MAGALHÃES, D. J. G. de. *Suspiros Poéticos e Saudades*. Rio de Janeiro: Em casa do Senhor João Pedro da Veiga. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836a.

MAGALHÃES, D. J. G. Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil. In.: *Nitheroy, Revista Brasiliense*. Ciencias, Lettras e Artes. Tomo Primeiro, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836b, p. 132-159.

MOREIRA, Eunice Moreira. História da literatura e identidade nacional brasileira. *Revista de Letras*, São Paulo, 43(2), p. 59-73, 2003.

NITHEROY, Revista Brasiliense. Ciencias, Lettras e Artes. Tomo Primeiro, nº. 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836c.

RAMOS, Francisco R. L. Passado sedutor: a história do Ceará entre o fato e a fábula. In.: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em Tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 279-298.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTIAGO, Silvano (et. al). *Glossário de Derrida*. Trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

SMITH, Anthony D. Culture, Community and Territory: The Politics of Ethnicity and Nationalism. *Ethnicity and International Relations*, vol. 72, no. 3, p. 445-458, Jul., 1996.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Gonçalves de Magalhães: cadeira 9, patrono*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 09.

Recebido em: 04.06.2021

Aprovado em: 03.10.2021